



ATORES POLÍTICOS E NOVAS DEMANDAS: AS ARTICULAÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Denise Silva Nunes¹

RESUMO

Ao longo da história os movimentos sociais foram (e continuam a ser) as alavancas da mudança social. Eles são produtores de novos valores e objetivos em torno dos quais as instituições da sociedade acabam se transformando. Pode-se afirmar que os movimentos sociais exercem uma espécie de contra-poder, mediante um processo de comunicação autônoma, livre do controle dos que detêm o poder institucional. Dito isso, o objetivo do trabalho é discorrer sobre os novos movimentos sociais e novas formas de ação coletiva, contrastando principais aspectos com o modelo tradicional marxista, frente ao contexto de novas demandas. Busca-se trazer as contribuições teóricas da sociologia política dos movimentos sociais, utilizando-se de pesquisa bibliográfica. Como resultado final, destaca-se que a teoria dos novos movimentos sociais está incompleta porque os conceitos que a sustentam não estão suficientemente explicitados. No entanto, é possível afirmar que os movimentos contribuem para a força das ideias e para mobilizar os grupos e programas políticos.

Palavras-chaves: ação coletiva; movimentos sociais; novas demandas; redes de solidariedade; sociologia política.

ABSTRACT

Throughout history social movements were (and remain) the levers of social change. They are producers of new values and objectives around which the institutions of society end up turning. It can be said that social movements exert a kind of counter-power, by an unattended communication process, free from the control of those in institutional power. That said, the objective is to discuss the new social movements and new forms of collective action, contrasting main aspects to the traditional Marxist model. The aim is to bring the theoretical contributions of political sociology of social movements, using bibliographic research. As a final result, it is emphasized that the theory of new social movements is incomplete because the concepts that sustain it are not sufficiently explicit. However, it is clear that the movements contribute to the power of ideas and to mobilize political groups and programs.

Keywords: collective action; social movements; new demands; solidarity networks; political sociology.

¹ Advogada. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, Brasil). Graduada em Direito pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). Especialização em Educação Ambiental pela UFSM e Especialização em Direito Público pela UNIDERP/MT. Aluna do Curso Bacharelado em Ciências Sociais pela UFSM. Endereço eletrônico: denise.silva.nunes@hotmail.com



Sumário: *Introdução; 1. Ações coletivas e movimentos sociais na atualidade; 2. Movimentos sociais em rede e as novas demandas sociais; Considerações Finais; Referências.*

INTRODUÇÃO

Atualmente os movimentos vivem e atuam através de comunicação horizontal, e que ocorre em grande escala, operacionalizando, principalmente, nos âmbitos da *internet* e em redes sem fio. Os movimentos interagem com comunicação face a face, e, ainda, com a ocupação do espaço público.

Os conflitos sociais saem do tradicional sistema econômico-industrial para áreas culturais, de modo a afetar a identidade pessoal, o tempo, o espaço e outras questões da vida cotidiana, bem como a ação individual (e coletiva).

Percebe-se que os movimentos sociais estão mudando suas formas organizacionais e eles estão se tornando completamente diferentes das organizações políticas tradicionais.

O contexto contemporâneo é de deslocamento da ênfase de uma lógica racional do sistema, conforme a perspectiva marxista, para, então, uma lógica de racionalidade dos indivíduos. Dentre as críticas impostas ao marxismo, consiste em que ele possui uma teoria da história, mas não uma teoria que dê conta das ações do indivíduo.

Geralmente os movimentos se originam de uma crise nas condições de vida que torna insustentável a existência cotidiana para a maioria das pessoas. São induzidos por uma profunda desconfiança nas instituições políticas que administram a sociedade.

Assim, com os novos movimentos sociais alguns elementos são destacados, tais como os fatores de construção da identidade, a autonomia e o reconhecimento dos movimentos por seus próprios atores e pela sociedade.

Os novos movimentos sociais dizem respeito a novas formas de manifestação coletivas e a um tipo de abordagem desvinculado do esquema clássico marxista, estrutural e determinista. Desse modo, com os novos movimentos sociais tem-se uma nova forma de fazer política e a politização de novos temas.



O campo dos movimentos sociais é um dos mais indefiníveis, visto que existem diversas abordagens, além de que esses fenômenos estão em constante transformação.

Dito isso, o objetivo do presente trabalho é contrastar as perspectivas dos novos movimentos sociais e as ações coletivas da atualidade com perspectiva da matriz teórica estrutural marxista, diante do contexto de novas demandas. Busca-se, então, apresentar as principais contribuições teóricas da sociologia política dos movimentos sociais.

Justifica-se a escolha da abordagem porque na atualidade verificam-se novas formas de articulação da sociedade civil, que trazem questionamentos acerca das formas de organização, de articulação, de liderança, de identidade, de demandas, de reivindicações, de programas políticos e sociais, dentre outras.

Quanto à metodologia recorreu-se à pesquisa bibliográfica, com consulta a livros, manuais, artigos, periódicos e fontes eletrônicas, os quais apresentam contribuições teóricas acerca da sociologia política dos movimentos sociais.

O trabalho está estruturado em três seções. Primeiramente feitos apontamentos acerca das ações coletivas e os movimentos sociais na atualidade. No segundo momento, os movimentos sociais em rede e as novas demandas. Por fim, feitas considerações finais, sem, contudo, esgotar a temática.

1 AÇÕES COLETIVAS E MOVIMENTOS SOCIAIS NA ATUALIDADE

Neste momento, a proposta é de analisar os novos movimentos sociais e de ações coletivas na contemporaneidade, utilizando de aporte teórico da sociologia política dos movimentos sociais. Busca-se contrastar os referidos movimentos com a abordagem tradicional (marxista) dos movimentos sociais.

O modelo clássico de interpretação dos movimentos sociais é impregnado de materialismo ontológico e realismo epistemológico. Os velhos movimentos sociais, para Touraine, “foram associados à ideia de revolução” (ALEXANDER, 1998, p.1).²

² O modelo clássico foi identificado como movimentos revolucionários, entendidos como mobilizações de massa que visam apossar-se do poder de um Estado antagônico. O objetivo dos revolucionários é substituir a forma opressora de poder por outra voltada para um fim distinto (ALEXANDER, 1998, p.1).



Os movimentos sociais questionam a orientação geral do sistema de ação histórica, ou seja, a ação de conjunto de seu adversário (TOURAINÉ, 1977, p.345).

O agente do movimento social pode não ser definível diretamente em termos de classes. Os movimentos estudantis revelam os conflitos sociais de uma sociedade pós-industrial, mas ninguém defende a ideia de que os estudantes são uma classe social. Um movimento de cidadãos, de consumidores, um movimento regional ou cultura podem ser manifestações de um movimento social. Mas seus agentes não são atores de classe, na medida em que o movimento está misturado com reivindicações organizacionais, como pressões políticas ou com um protesto modernizador (TOURAINÉ, 1977, p.346).

O termo 'movimentos sociais' diz respeito aos processos não institucionalizados e aos grupos que os desencadeiam, às lutas políticas, às organizações e discursos dos líderes e seguidores que se formam com a finalidade de mudar, de modo frequentemente radical, a distribuição vigente das recompensas e sanções sociais, as formas de interação individual e os grandes ideais de cultura (ALEXANDER, 1998, p.1).

Para Touraine (1977, p.345) um movimento social não pode ser analisado fora do campo da historicidade no qual ele se forma. Ele opõe classes ou forças sociais que são, em última análise, forças de classe para o controle de um sistema de ação histórica.

Os movimentos tradicionais, do tipo do movimento operário, são compreendidos como lineares e corporificadores de estruturas associativas e organizações. Os novos movimentos sociais (NMS) são mais fluidos, mais flexíveis, são menos forma e mais conjunto de representações significativas, expressões culturais (GOHN, 2000, p.129).

A categoria de consciência de classe não tem relevância no paradigma dos NMS, mas apenas a das ideologias, atuando no campo da cultura, a qual foi apropriada e transformada no decorrer de sua utilização pelo paradigma dos NMS (GOHN, 2000, p.122).

A negação do marxismo como campo teórico capaz de dar conta da explicação da ação dos indivíduos e, por conseguinte, da ação coletiva da sociedade contemporânea tal como efetivamente ocorre. Apesar da simpatia dos teóricos dos NMS pelo neomarxismo, que enfatiza a importância da consciência, ideologia, lutas sociais e solidariedade na ação coletiva, o marxismo foi descartado porque trata da



ação coletiva apenas no nível das estruturas, da ação das classes, trabalhando num universo de questões que prioriza as determinações macro da sociedade. (GOHN, 2000, p.122).

As novas mobilizações não teriam uma base social demarcada. Seus atores não se definiriam mais por uma atividade, o trabalho, mas por formas de vida. Assim, os novos “sujeitos” não seriam, então, classes, mas sim, grupos marginais em relação aos padrões de normalidade sociocultural. Podem ser todas as minorias excluídas, e, nesse contexto Touraine elenca na lista – negros, índios, hispânicos, homossexuais, mulheres, velhos, dentre outros, sendo que eles não se originam (necessariamente_ em comate ao Estado, mas sim direcionados aos problemas sociais (ALONSO, 2009, p.60).

Os NMS revelam a negação do marxismo referente a sua corrente clássica, tradicional, vista como ortodoxa, muito embora algumas de suas categorias básicas, como a da ideologia, influenciaram a fundamentação de um conceito central de a cultura nos NMS.

A perspectiva marxista não daria conta de explicar as ações que advém de outros campos, tais como o político, bem como o cultural. Na realidade, o que ocorre é uma subjugação desses campos ao domínio econômico, matando o que existe de inovador, ou seja, o retorno e a recriação do ator, a possibilidade de mudança a partir da ação do indivíduo, e isso independentemente dos condicionantes das estruturas (GOHN, 2000, p.122).

O novo paradigma elimina também o sujeito histórico redutor da humanidade, predeterminado, configurado pelas contradições do capitalismo e formado pela “consciência autêntica” de uma vanguarda partidária. Desse modo, o novo sujeito que surge com os NMS é um coletivo difuso, não hierarquizado, em luta contra as discriminações de acesso aos bens da modernidade e, ao mesmo tempo, crítico de seus efeitos nocivos, a partir da fundamentação de suas ações em valores tradicionais solidários e comunitários (GOHN, 2000, p.123).

O uso da categoria identidade (propriamente dita) na análise dos movimentos sociais não foi introduzido pelos teóricos dos NMS (GOHN, 2000, p.123). Os atores sociais são analisados pelos teóricos dos NMS prioritariamente sob dois aspectos: por suas ações coletivas e pela identidade coletiva criada no processo.

Observe-se que se enfatiza a identidade coletiva criada por grupos e não a identidade social criada por estruturas sociais que pré-configuram certas



características dos indivíduos. Os atores produzem a ação coletiva, nos dizeres de Melucci, porque são capazes de se autodefinir, a si mesmos e a seu relacionamento com o meio ambiente. Não se trata de um processo linear, mas de interação, negociação, e de oposição de diferentes orientações. O grande destaque será para a lógica que cria a identidade coletiva que permeia as ações de um grupo (GOHN, 2000, p.123).

Nos novos movimentos sociais a identidade é parte constitutiva da formação dos movimentos, eles crescem em função da defesa dessa identidade, ou seja, ela se refere à definição dos membros, fronteiras e ações do grupo (GOHN, 2000, p.124).

A matriz teórica estrutural marxista tem a consciência de classe que mobiliza e se constitui na identidade e representação em partido político. Já os novos movimentos sociais não estão interessados necessariamente em romper com a ordem do sistema, eles visam à mobilização e a ação coletiva, não contra o Estado (apenas), mas sim, para contestar e reivindicar ações sociais, políticas públicas, o reconhecimento de direitos, de pautas políticas, etc.

Foweraker (1995) afirma que o paradigma dos NMS define-se a partir da identidade coletiva (GOHN, 2000, p.124).³ Pizzorno destaca que o processo de formação da identidade envolve demandas inegociáveis e que ocorre por meio da interação coletiva do grupo, interna e externa. Os movimentos clássicos, tradicionais, como os partidos e os sindicatos, trabalham com demandas negociáveis (GOHN, 2000, p.131).

Os códigos culturais são produtos, extensões do fenômeno movimento social – que é um processo de articulação de ações coletivas. A identidade coletiva é outro produto, outro resultado do processo (GOHN, 2000, p.129).

Os NMS recusam a política de cooperação entre as agências estatais e os sindicatos e estão mais preocupados em assegurar direitos sociais. Eles utilizam a mídia e atividades de protestos para mobilizar a opinião pública a seu favor, como forma de pressão sobre os órgãos e políticas estatais. E através de ações diretas eles buscam promover mudanças nos valores dominantes e alterar situações de discriminação, principalmente dentro de instituições da própria sociedade civil (GOHN, 2000, p.125).

³ Destaca-se, “segundo Foweraker, uma das principais afirmações da tese dos NMS é que eles são novos porque não têm uma clara base classista, como nos velhos movimentos operários ou camponeses; e porque não têm um interesse especial de apelo para nenhum daqueles grupos. São interesses difusos”(GOHN, 2000, p.124).



A mudança do eixo das demandas da economia para um patamar mais cultural refletiu-se na organização dos NMS, fazendo com que se apresentem mais descentralizados, sem hierarquias internas⁴, com estruturas colegiadas, de forma mais participativa, abertos, espontâneos e fluidos (GOHN, 2000, p.126).⁵

Alguns autores salientam o caráter transformador dos movimentos sociais, dado pela possibilidade de inaugurarem uma nova lógica entre as relações sociais, mas não os veem como alternativas de poder (GOHN, 2000, p.129).

Destaca-se que quanto à potencialidade das ações dos NMS não há consenso. Cita-se Touraine ao afirmar que os movimentos são simples repositores de ordem, embora façam parte inerente do social. Ainda, Offe e Evers visualizam algo novo nas ações de uma sociedade agindo por si própria e se contrapondo ao Estado, embora destaquem que a flexibilidade e a inorganicidade dos movimentos contribuem para limitá-los e fragmentá-los (GOHN, 2000, p.130).

Melucci fala de um modelo bipolar: *latência* e *visibilidade*. Estes dois polos são reciprocamente correlacionados. A *latência* permite a *visibilidade* por alimentar o primeiro com recursos de solidariedade e com uma estrutura cultural para a mobilização.⁶ A *visibilidade* reforça as redes submersas, de modo que fornece energia para renovar a solidariedade, e facilita a criação de novos grupos e o recrutamento de novos militantes atraídos pela mobilização pública que então flui na rede submersa A (MELUCCI, 1989, p.61-62).

⁴ De outro modo, Bourdieu (1989, p.165) mencionou que “o campo político exerce de fato um efeito de censura ao limitar o universo do discurso político”. O campo político tende a organizar-se em torno da oposição entre polos (tais como esquerda versus direita). E na medida em que a política se profissionaliza e os partidos se burocratizam, a luta pelo poder político de mobilização tende cada vez mais a tornar-se numa competição de dois níveis, quais sejam: a concorrência pelo poder sobre o aparelhamento e a luta pela difusão e elaboração de princípios de di-visão do mundo social. O autor também mencionou que existe dominação dos obstáculos morfológicos específicos ao campo político que dificultam o acesso desse meio a população geral. Capital político é uma forma de *capital simbólico*; crédito firmado na crença e no reconhecimento; e que firmado nas operações de crédito que os agentes conferem a alguém. O poder simbólico é um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, um crédito com que ele o credita. É um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe (BORDIEU, 1989, p.188).

⁵ Destaca-se: “os movimentos passaram a atuar mais como redes de troca de informações e cooperação em eventos e campanhas. Mas há também conflitos entre eles, internos e externos, e este aspecto, na teoria dos NMS, é visto como parte do processo da construção da identidade” (GOHN, 2000, p.126).

⁶ Destaca-se: “Quando pequenos grupos surgem para enfrentar uma autoridade política numa decisão específica, a visibilidade demonstra a oposição à lógica que leva à tomada de decisão com relação apolítica pública. Ao mesmo tempo, a mobilização pública indica ao resto da sociedade que o problema específico está ligado à lógica geral do sistema e também que modelos culturais alternativos são possíveis” (MELUCCI, 1989, p.61).



Citam-se as mobilizações da sociedade civil no Brasil, como as ocorridas nas jornadas de junho de 2013. A organização se deu pelas redes sociais (latência) e ganharam visibilidade quando ocuparam os espaços públicos.

Destaca-se, conforme explica Melucci, que uma ação coletiva não pode ser explicada sem levar em conta como os recursos internos e externos são mobilizados, como as estruturas organizacionais são constituídas e mantidas, como as funções de liderança são garantidas (MELUCCI, 1989, p.56).

Eu defino analiticamente um movimento social como uma forma de ação coletiva (a) baseada na solidariedade, (b) desenvolvendo um conflito, (c) rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação. Estas dimensões permitem que os movimentos sociais sejam separados dos outros fenômenos coletivos (delinquência, reivindicações organizadas, comportamento agregado de massa) que são, com muita frequência, empiricamente associados com “movimentos” e “protesto”. Além disso, os diferentes tipos de movimentos podem ser avaliados de acordo com o sistema de referencia da ação. O que nós costumamos chamamos de movimento social muitas vezes contem uma pluralidade destes elementos e devemos ser capazes de distingui-los se quisermos entender o resultado de uma dada ação coletiva (MELUCCI, 1989, p.57).

Como exemplo da ação coletiva contemporânea aponta-se o movimento das mulheres, em que o objetivo do movimento não é apenas a igualdade de direitos, mas mais o direito a ser diferente. A luta contra a discriminação, por uma distribuição mais igualitária no mercado econômico e político é ainda uma luta pela cidadania. Assim sendo, o direito de ser reconhecido como diferente é uma das mais profundas necessidades na sociedade pós-industrial ou pós-material (MELUCCI, 1989, p.63).

Melucci prefere falar em redes de movimento ou de áreas de movimento: isto é, uma rede de grupos partilhando uma cultura de movimento e uma identidade coletiva (MELUCCI, 1989, p.60).

As redes, conforme explica Melucci, têm as seguintes características:

a) elas permitem associação múltipla; b) a militância é apenas parcial e de curta duração; c) o envolvimento pessoal e a solidariedade afetiva é requerida como uma condição para a participação em muitos dos grupos. Este não é um fenômeno temporário, mas uma alteração morfológica na estrutura da ação coletiva (MELUCCI, 1989, p.61).

Frente a isso, na atualidade as condições materiais de vida e crise de legitimidade dos governantes, ora encarregados de conduzir os assuntos públicos, leva as pessoas a tomar as coisas em suas próprias mãos, ou seja, envolvendo-se



na ação coletiva fora dos canais institucionais prescritos. A sociedade civil busca defender suas demandas e, no final, mudar os governantes e até as regras que moldam suas vidas. Desse modo, a proposta no capítulo a seguir busca analisar os movimentos sociais em rede.

2 OS MOVIMENTOS SOCIAIS EM REDE E AS NOVAS DEMANDAS SOCIAIS

Agora, passa-se a analisar os movimentos sociais em rede. Na obra “Redes de indignação e de esperança”, Castells (2013, p. 174) explica que a cultura da liberdade no plano societal e da individuação e autonomia no plano dos atores sociais estimularam simultaneamente as redes da internet e os movimentos sociais em rede.

Os movimentos sociais em rede, como todos os movimentos sociais da história, trazem a marca de sua sociedade. São amplamente constituídos de indivíduos que convivem confortavelmente com as tecnologias digitais no mundo híbrido da realidade virtual. Seus valores, objetivos e estilo organizacional referem-se diretamente à cultura da autonomia que caracteriza às novas gerações de um novo século. Não poderiam existir sem a internet. Mas seu significado é muito mais profundo. Eles são talhados para o papel de agentes da mudança na sociedade em rede, num contraste agudo com as instituições políticas obsoletas herdadas de uma estrutura social historicamente superada (2013, p. 174-175).

Muitas vezes, os movimentos sociais são desencadeados por emoções derivadas de algum tipo de evento significativo que ajuda os manifestantes a superar o medo e desafiar os poderes constituídos apesar do perigo inerente a suas ações (CASTELLS, 2013, p.161-162).

O papel da internet e da comunicação sem fio nos atuais movimentos sociais em rede é fundamental.⁷ Os movimentos sociais surgem da contradição e dos conflitos de sociedades específicas, expressam as revoltas e os projetos das pessoas resultantes de sua experiência multidimensional (CASTELLS, 2013, p.170).

⁷ Quando se desencadeia o processo de ação comunicativa que induz a ação e a mudanças coletivas, prevalece a mais poderosa emoção positiva: o entusiasmo, que reforça a mobilização societária intencional. **Indivíduos entusiasmados, conectados em rede, tendo superado o medo, transformam-se num ator coletivo consciente.** Assim, a mudança social resulta da ação comunicativa que envolve a conexão entre redes de redes neurais dos cérebros humanos estimulados por sinais de um ambiente comunicacional formado por redes de comunicação. A tecnologia e a morfologia dessas redes de comunicação dão forma ao processo de mobilização e, assim, de mudança social, ao mesmo tempo como processo e como resultado (CASTELLS, 2013, p.162). (Grifo meu).



Para Castells (2013, p.170) a comunicação tem muita importância na formação e na prática dos movimentos sociais, tanto hoje como ao longo da história. Isso porque através da conectividade, que ocorre através de redes de comunicação interativas, as pessoas podem desafiar a dominação de modo a (se) conectar entre si, compartilhando sua indignação, sentindo o companheirismo e construindo projetos alternativos para si próprio e à toda sociedade.

Os movimentos sociais em rede são fundamentados na internet e nas plataformas sem fio. No entanto, isso não é suficiente à ação coletiva. As redes sociais digitais são ferramentas decisivas para mobilizar, organizar, deliberar, coordenar e decidir.

O papel da internet ultrapassa a instrumentalidade: ela cria as condições para uma forma de prática comum que permite a um movimento sem liderança sobreviver, deliberar, coordenar e expandir-se. Ela protege o movimento da repressão de seus espaços físicos liberados, mantendo a comunicação entre as pessoas do movimento e com a sociedade em geral na longa marcha da mudança social exigida para superar a dominação institucionalizada (CASTELLS, 2013, p.171).

Os movimentos, como atores coletivos, não confiam nas instituições atuais e se envolvem no caminho incerto de criar novas formas de convivência, na busca de um novo contrato social. Os movimentos sociais são distintos dos movimentos de protesto, pois, eles são essencialmente movimentos culturais, que conectam as demandas de hoje com os projetos de amanhã (CASTELLS, 2013, p.171).

A autonomia, que difundida pelos movimentos, refere-se à capacidade de um ator social tornar-se sujeito ao definir sua ação em torno de projetos conforme seus próprios valores e interesses, e que elaborados independentemente das instituições da sociedade. Assim, as redes permitem aos atores individuais construir sua autonomia com pessoas de posição semelhante nas redes de sua escolha (CASTELLS, 2013, p.172).

Os movimentos buscam aumentar a consciência dos cidadãos, qualificá-los pela participação nos próprios movimentos e num amplo processo de deliberação sobre suas vidas e seu país, ainda, no sentido de confiar em sua capacidade de tomar suas próprias decisões em relação à classe política (CASTELLS, 2013, p.177).

Os movimentos denunciam como se dá na prática a democracia representativa, e não reconhecem a sua legitimidade. Desse modo, há poucas



chances de interação positiva entre movimentos e políticos no sentido de promover uma reforma política, ou seja, uma reforma das instituições de governança que amplie os canais de participação política e limite a influencia dos lobbies e grupos de pressão no sistema político (CASTELLS, 2013, p.176).

Os movimentos sociais não nascem apenas da pobreza ou do desespero e descontentamento político. “Exigem uma mobilização emocional desencadeada pela indignação que a injustiça gritante provoca, assim como pela esperança de uma possível mudança em função de exemplos de revoltas exitosas [...]” (CASTELLS, 2013, p.163).

Os movimentos sociais em rede possuem algumas características em comum, tais como:

[...] são conectados em rede de múltiplas formas (multimodal); iniciam nas redes sociais da internet e se tornam um movimento ao ocupar o espaço urbano, seja pela ocupação permanente de praças públicas, seja pela persistência das manifestações de rua; os movimentos são simultaneamente locais e globais; o tempo atemporal (possibilidades ilimitadas e livres de restrições cronológicas); são espontâneos em sua origem (geralmente desencadeados por uma centelha de indignação, seja relacionada a um evento específico, ou aversão pelas ações dos governantes); são movimentos sem liderança (é autogovernado pelos participantes)⁸; o companheirismo, que advém das redes horizontais, multimodais, tanto na internet quanto no espaço urbano; a horizontalidade das redes favorece a cooperação e a solidariedade, ao mesmo tempo que reduz a necessidade de liderança formal; os movimentos são autorreflexivos; são programáticos (possuem diversas demandas, no geral); são políticos num sentido fundamental (pretendem transformar o Estado, sem se apoderar dele, e, praticam a democracia deliberativa direta, baseada na democracia em rede); são movimentos voltados para a mudança de valores na sociedade; (CASTELLS, 2013, p.163-169).

Os movimentos projetam uma nova utopia de democracia em rede, que baseada em comunidades locais e virtuais em interação (CASTELLS, 2013, p.169).

De modo geral, o objetivo de todos os movimentos é manifestar-se em nome da sociedade como um todo (CASTELLS, 2013, p.168). Dentre as barreiras a serem superadas pelos movimentos sociais em rede destaca-se a incerteza de um processo de mudança política (CASTELLS, 2013, p.178).

⁸ Os movimentos “não precisam de uma liderança formal, de um centro de comando ou de controle, nem de uma organização vertical, para passar informações ou instruções. Essa estrutura descentralizada maximiza as chances de participação no movimento, já que ele é constituído de redes abertas, sem fronteiras definidas, sempre se reconfigurando segundo o nível de envolvimento da população em geral. Também reduz a vulnerabilidade do movimento à ameaça de repressão, já que há poucos alvos específicos a reprimir, exceto nos lugares ocupados” (CASTELLS, 2013, p.164).



A conexão em rede como modo de vida do movimento protege-o tanto dos adversários quanto dos próprios perigos internos representados pela burocratização e pela manipulação (CASTELLS, 2013, p.164).

Os movimentos expressam uma profunda consciência da interligação de questões e problemas da humanidade, exprimindo uma cultura cosmopolita, embora ancorados em sua identidade especifiquem. Prefiguram, em certa medida, a superação da atual divisão entre a identidade comunal local e a constituição de redes individuais globais (CASTELLS, 2013, p.165).

Os movimentos sociais em rede possuem inúmeras demandas, com diversas e ilimitadas motivações, de modo que eles não conseguem formalizar uma liderança ou uma organização. Isso porque “seu consenso, seu companheirismo, depende de uma deliberação e de um protesto *ad hoc*, não da concretização de um programa elaborado em torno de objetivos específicos” (CASTELLS, 2013, p.169).

Conforme o exposto verifica-se que os movimentos podem se reconstituir nas redes, isso enquanto houver um numero suficiente de participantes que conectados por seus objetivos e valores comuns.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho desenvolveu a temática dos movimentos sociais, tendo como foco contrastar a abordagem dos novos movimentos sociais com a matriz teórica estrutural marxista.

A perspectiva marxista traz consigo, sobretudo, as concepções de estrutura e de determinações de classes sociais. Predominava a questão da classe social, de ordem, de estrutura, como o movimento da classe operária, com contribuições de Marx (*O Manifesto Comunista*).

A (nova) abordagem dos novos movimentos sociais elimina a centralidade de um sujeito específico, predeterminado, e vê os participantes das ações coletivas como atores sociais. A identidade coletiva tem centralidade nas explicações dos NMS e a dimensão política é utilizada principalmente no âmbito das relações microsociais e culturais.

As redes de comunicação digital são indispensáveis na prática e na organização dos movimentos sociais em rede, e para as ações coletivas na



sociedade atual. Através das novas tecnologias da informação e comunicação, tais como a internet e plataformas sem fio, os movimentos sociais em rede comungam da cultura da autonomia e da descentralização política.

A tecnologia da internet fornece a plataforma de comunicação organizacional para traduzir a cultura da liberdade na prática da autonomia. As pessoas se articulam nas redes sociais, interagem e superam o medo, descobrindo, então, a esperança.

Na maioria dos movimentos a passagem da esperança para mudanças depende da permeabilidade das instituições políticas às demandas do movimento, bem como da disposição deste se envolver num processo de negociação. Desse modo, quando as duas condições são atendidas, num sentido propositivo, demandas podem ser satisfatórias e a reforma política também pode ocorrer.

Os movimentos sociais em rede tem o objetivo político de estabelecer os alicerces de uma futura democracia de verdade e praticando-a no movimento. Os movimentos são autorreflexivos, o que é vislumbrado não nos fóruns da internet, no processo de deliberação das assembleias, nos debates nas redes sociais, dentre outras. Isso é importante para fazer questionamentos acerca de suas propostas, do que são, o que pretende, etc.

O que há de novo com os NMS é uma nova forma de fazer política e a politização de novos temas. Eles se contrapõem ao poder do Estado, mas não se apresentam como uma alternativa a este poder.

Destacam-se reivindicações pelo reconhecimento de direitos de gênero, ações afirmativas, cotas nas universidades, meio ambiente, contra determinadas PECs, protestos, manifestações contra o aumento da passagem de transporte público e por melhores condições, pela saúde, educação, dentre outras. Diante dessas demandas, constata-se que não há uma identidade específica definida, pois diferentes pessoas, de diferentes classes sociais podem participar de uma ação coletiva, por exemplo. O que une as pessoas são as demandas para as mobilizações.

A teoria dos novos movimentos sociais está incompleta porque os conceitos que a sustentam não estão suficientemente explicitados. Pode-se afirmar que esses movimentos geraram mudanças significativas, tanto na sociedade civil como na política. Portanto, no âmbito teórico, o que se tem é um diagnóstico das



manifestações coletivas contemporâneas que geraram movimentos sociais e a demarcação de suas diferenças em relação ao passado.

Contudo, é possível afirmar que os movimentos sociais contribuem para a força das ideias e para mobilizar os grupos e programas políticos. Os movimentos produzem na atualidade a modernização, bem como estimulam à inovação e impulsionam a reforma.

A temática abordada no presente trabalho é instigante e traz à tona a discussão sobre novas demandas, movimentos sociais, redes sociais e novas formas de ação coletiva. A reflexão é inesgotável e abre um horizonte de possibilidades para novas pesquisas e reflexões acerca da sociologia política dos movimentos sociais.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Jeffrey. **Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais.** Revista Brasileira de Ciências Sociais. N.37, jun.1998.

ALONSO, Ângela. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate.** São Paulo: Lua Nova, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand Brasil/Difel, 1989. Cap. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político, pp.163-202.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet.** Tradução de Carlos Alberto Medeiros. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** 2.ed. São Paulo: 2000, Edições Loyola. Cap. IV – O paradigma dos Novos movimentos Sociais (pp.121-131).

GRAMSCI, Antônio. **Obras escolhidas.** São Paulo: Martins Fontes, 1978. Parte I – Cap. 2 – As ciências e o príncipe moderno, pp.147-174. Parte IV – Cap. 1 – Problemas da vida cultural, pp.343-357.

MELUCCI, Alberto. **Um objetivo para os movimentos sociais?** Lua nova, n.17. 1989.

TOURAINÉ, Alain. Os movimentos sociais. In: FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. de S.. **Sociologia e sociedade.** Rio de Janeiro: Livros técnicos e Científicos editoras, 1977, pp.335-362.